



Foi realizada, no dia 19 de abril de 2016, a reunião ordinária do Conselho Deliberativo da EPSJV.

1 – Regulamentação da eleição da Representação dos Trabalhadores da EPSJV

A Representação dos Trabalhadores da EPSJV realizou, no dia 15 de abril de 2016, uma assembleia para a eleição dos novos representantes para o mandato 2016-2017. Os novos representantes foram eleitos por aclamação, conforme decisão da assembleia.

Para o novo mandato, foram eleitas: Ana Beatriz Noronha, Andrea de Oliveira, Elenice Cunha, Maria Emília Souza e Telma Frutuoso. Deixam a Reprepoli, Clélia Corte, Maíra Mathias e Marcelo Melo.

A Direção agradeceu aos representantes que deixaram o cargo pelo trabalho realizado e deu boas vindas aos novos membros da Reprepoli, que iniciaram seu mandato já nesta reunião.

2 – Projeto Político Institucional: composição da comissão organizadora dos seminários temáticos

Em assembleia realizada nos dias 13 e 14 de abril de 2016, ficou definido que o originalmente denominado 3º choque teórico será substituído por uma série de seminários temáticos para discutir o Projeto Político Institucional (PPI) da EPSJV e que a composição de sua comissão organizadora seria feita pelo CD EPSJV.

Os seminários temáticos serão realizados de julho a outubro de 2016. A comissão também será responsável pela sistematização de todo o material produzido durante as discussões do PPI na Escola para a construção de um Termo de Referência que servirá de base para os seminários temáticos.

A Direção propôs que a comissão seja composta por cinco membros: um da Direção, um da Reprepoli e três representantes dos laboratórios, além de, no mínimo, dois observadores (um do Grêmio Politécnico e outro da Educação de Jovens e Adultos – EJA). A participação na comissão também é aberta a outros cursos da escola que queiram indicar observadores.

O CD EPSJV definiu que a composição inicial da comissão é formada por Valéria Carvalho (Labform), Marcela Pronko (Direção), Bianca Borges (Lires) e Telma Frutuoso (Reprepoli). Alguns laboratórios ainda iriam discutir em seus colegiados a indicação de nomes e ficou definido que na próxima reunião do CD EPSJV (prevista para 3 de maio), a formação da comissão será concluída. Enquanto isso, a comissão atual irá iniciar os trabalhos.

3 – Conselho de Política Editorial

O coordenador executivo do Conselho de Política Editorial (CPE) da EPSJV, André Dantas, presente a reunião do CD para discussão sobre o documento que define normas para publicação e fluxo de tramitação de obras no CPE, solicitou

autorização dos membros do CD EPSJV para a leitura do documento "Resposta do Conselho de Política Editorial à carta do prof. Carlos Eduardo Batistella". A carta de Batistella, com o título "Sobre o funcionamento do Conselho de Política Editorial", foi enviada, por e-mail, no dia 14 de abril, ao coordenador executivo e membros do Conselho de Política Editorial; aos trabalhadores da Escola Politécnica e aos membros do CD EPSJV.

Além de ser lida no CD EPSJV, a resposta do CPE foi enviada, por e-mail, a todos os profissionais que receberam a carta enviado por Batistella.

A Direção e os demais membros do CD EPSJV declararam que não tinham como se posicionar sobre a carta do CPE, pois tiveram acesso a ele naquele momento.

Assim como aconteceu na reunião do CD EPSJV do dia 5 de abril, a Direção reconheceu que errou em sua avaliação por não ter submetido o livro "Caminhos da Politecnia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio" ao CPE, por ter considerado que por ser uma publicação comemorativa com textos que estavam sendo republicados, não haveria necessidade de apreciação pelo CPE. Disse ainda que aguardaria a decisão do CPE sobre a pertinência da continuidade de distribuição do livro.

A Direção ainda reafirmou a importância do CPE, destacando todos os seus movimentos no sentido de fortalecê-lo permanentemente e indicou sua disposição para participar da próxima reunião do CPE, no dia 20 de maio, para tratar dessa e de outras questões que o conselho considerar pertinente. A Direção assumiu o compromisso de também produzir uma carta pública para esclarecer a todos os trabalhadores sobre seus posicionamentos.

A Reprepoli propôs a realização de um CD EPSJV aberto com pauta exclusiva sobre o CPE, discutindo sobre o funcionamento e os fluxos do conselho e também o fluxo da produção dos livros na Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos (CCDE).

O CD EPSJV definiu que o livro continuará sendo distribuído, uma vez que não havia questionamentos sobre a importância dos textos reimpressos e nem sobre a importância do livro. Ficou definido também que as três cartas serão publicizadas juntamente com o CD em Foco.

Diversas falas problematizaram a necessidade de neste momento ser ampliada a discussão sobre o papel do CPE, uma vez que todos consideravam que o mesmo não estava sendo questionado em sua pertinência. Após longas considerações e discussões, a partir da proposta da Reprepoli sobre a pertinência da realização do CD aberto, o entendimento da maioria dos Conselheiros foi pela apreciação dos documentos em questão pelos colegiados dos laboratórios e pela Reprepoli, junto aos trabalhadores, e uma nova avaliação sobre o caso no próximo CD EPSJV, previsto para 03 de maio.

Se o CD EPSJV considerar necessário, será feita uma discussão ampliada sobre o tema nos fóruns institucionais pertinentes. Também na próxima reunião do CD EPSJV se retomará a discussão sobre o documento de fluxos do CPE e o fluxo de produção de livros na CCDE.

Posta em votação a proposta da Reprepoli para continuidade das discussões, chegou-se ao seguinte resultado:

CD regimental - 9 votos (Direção, Labform, Lires, Labgestão, Laborat, Latec, Lavsa, Lic-Provoc, Labman)

CD aberto – 3 votos (Reprepoli)
Abstenção – 1 voto (Lateps)

Leia na íntegra, ao final do relato do CD, os documentos: Sobre o funcionamento do Conselho de Política Editorial; Resposta do Conselho de Política Editorial à carta do prof. Carlos Eduardo Batistella; e Carta Aberta da Direção da EPSJV.

4 - Informes

Moção de repúdio

A Reprepoli informou que na assembleia dos trabalhadores, realizada no dia 15 de abril, Michelle Oliveira (coordenadora da EJA) apresentou uma moção de repúdio a atual política de segurança do Estado que tem gerado conflitos frequentes na região, afetando a vida dos moradores da comunidade. O documento foi produzido por representantes da comunidade de Manguinhos e de movimentos sociais.

Os trabalhadores da EPSJV aprovaram em sua assembleia a moção e a Reprepoli também assinou o documento. A Representação também solicitou que o CD EPSJV avaliasse a pertinência deste documento também ser assinado pela Escola Politécnica.

Nova professora

A partir deste mês, o Labform conta com uma nova professora de Teatro, Helena Vieira, que possui graduação em Teatro e mestrado e doutorado em Artes Cênicas, além de formação em Dança.

A professora anterior, Carolina Caju, deixou, a pedido, a EPSJV para assumir outros compromissos profissionais.

Obras na EPSJV

Foi concluída nesta semana, com nove meses de atraso, a fase 1 da obra de reforma da EPSJV. Com isso, os profissionais do Lires, Lavsa, Labgestão e Lateps puderam voltar para suas salas.

A desmobilização das salas da fase 2 (Direção, Vice-direções, REvTES, Pós-graduação e Laborat) será concluída na próxima semana com a mudança do Laborat para a sala 111, que já está abrigando a RevTES. A Direção, a VDPDT e a VDGDI estão na sala 110. A Pós-graduação está na Biblioteca e a VDEI está na Secretaria Escolar.

A Fase 2 deve ser concluída em três meses, quando se inicia a fase 3, que inclui o Lic-Provoc, a CCDE e a CCI.

Leia na íntegra:

Sobre o funcionamento do Conselho de Política Editorial

Ao Coordenador Executivo e membros do Conselho de Política Editorial; Aos trabalhadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e aos membros do CD EPSJV:

O recente lançamento do livro “Caminhos da politecnia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio”, por ocasião da aula inaugural da EPSJV em 2016 (07 e 08/04/2016), traz à tona um fato bastante preocupante, que requer nossa análise e posicionamento.

De acordo com o Relatório de Atividades do Conselho de Política Editorial (CPE) – 2015, encaminhado para os trabalhadores no dia 30 de março (anexo à convocatória do CD de 05/03/16), somente 03 obras estiveram sob análise deste conselho em 2015. Embora o relatório seja insuficiente em suas informações, é sabido que esta publicação não foi devidamente submetida à sua apreciação, conforme prevê a Política Editorial em vigor.

De acordo com a Política Editorial e com o Regimento do Conselho de Política Editorial, todas as publicações devem seguir o fluxo de apreciação no CPE. A dispensa total está prevista somente no caso de reimpressões e, parcial, no caso de novos volumes de uma série. O livro em questão apresenta uma compilação de textos que fazem parte da história de debates da EPSJV, acrescidos de 02 novos textos: “Por um programa de transcrição para a educação: em defesa da concepção marxista de formação politécnica” e “Base teórico-políticas para a discussão da educação da perspectiva da classe trabalhadora”.

Importante registrar que em momento algum trata-se de questionar os conteúdos do livro, seu mérito e/ou pertinência, mas do tratamento diferenciado dado a uma publicação em relação às demais.

Para além de um mero descuido ou de uma solução emergencial diante da dificuldade de ausência de quorum deste colegiado (supondo a relevância de sua publicação para os objetivos estratégicos da unidade), a decisão pela publicação do referido livro fere a institucionalidade que se buscou com a criação do Conselho, deslegitimando-o perante a comunidade politécnica.

Caso esta fosse considerada uma “situação não prevista”, de acordo com a Política Editorial e com o Regimento do Conselho de Política Editorial, o fluxo deveria de ser outro, tendo a Direção, em conjunto com o próprio Conselho, como responsável pelo endosso à decisão (Política Editorial, art.I, parágrafo único). Mesmo se enquadrado como “caso omissis” (Regimento Interno CPE, Art.27º), seu encaminhamento deveria ser ao colegiado do CPE. Em nenhum momento fica o Coordenador Executivo do Conselho autorizado a decidir o que pode e o que não pode ser publicado pela EPSJV, com a dispensa da análise do Conselho.

Diante do caso, ficam as perguntas:

Por que as demais publicações que estavam sendo analisadas pelo Conselho não tiveram igual tratamento?

Por que não houve consulta formal ao colegiado do Conselho, como prevê a Política e o Regimento?

Uma vez que o Conselho teve um sério problema de descontinuidade em seus trabalhos, conforme atesta o Relatório de Atividades 2015, porque nenhuma providência foi tomada?

Como os pesquisadores e docentes podem continuar a considerar a seriedade da Política, do Regimento e dos fluxos aprovados?

Como os membros do Conselho se sentem e se posicionam diante do fato?

A abertura de um precedente como este coloca em questão o lugar e o sentido do órgão na escola: qual a razão de seu funcionamento? Confuso desde sua gênese (embora assim previsto regimentalmente) entre a função de conselho de política editorial (análise da política e da linha editorial) e de corpo editorial (responsável pela credibilidade científica), sua atuação vem acumulando transtornos cujo impacto negativo pode ser sentido na diminuição acentuada das publicações na escola (contrariando uma das finalidades apontadas na própria política, que tem como expectativa “uma política editorial que estimule a produção e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela EPSJV”). A demora excessiva nas análises e emissão de pareceres - que termina por gerar dificuldades no planejamento dos laboratórios e setores (relação metas/execução orçamentária) e o constrangimento no recebimento de pareceres nem sempre respeitosos e qualificados (por vezes confundindo análise institucional e acadêmica), entre outros aspectos, poderiam ser reunidos neste debate sobre a pertinência, o modo de organização e funcionamento de um Conselho. Não se trata, porém, neste momento, de abordar este assunto em maior profundidade.

Uma vez criado e regulamentado, supõe-se o compromisso mútuo (organizadores/autores e CPE) no respeito às regras e procedimentos definidos e aprovados nos órgãos colegiados da instituição. O não cumprimento de diversos princípios e definições da Política pelo próprio Conselho gera descrédito e desconfiança quanto às suas finalidades. Diante do ocorrido, de pouco valem atenuantes ou paliativos como “rediscussão dos fluxos” ou reconhecimentos post factum. Corre-se o risco de verem-se acentuar os contornos burocráticos e o excesso normativo da criação e funcionamento do Conselho, que passaria a ser visto como órgão fundamentalmente de controle, em detrimento de seus propósitos iniciais.

Atenciosamente,

Carlos Batistella

Professor-pesquisador - EPSJV/Fiocruz

RESPOSTA DO CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL À CARTA DO

PROF. CARLOS EDUARDO BATISTELLA

Prezado prof. Carlos Eduardo Batistella,

Em resposta aos questionamentos apresentados em sua recente carta (13/4/16), o Conselho de Política Editorial da EPSJV/Fiocruz, reunido ordinariamente na última sexta-feira, 15 de abril, traz as seguintes considerações:

- 1) Endossamos inteiramente sua crítica ao fato de o livro “Caminhos da Politecnicia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio”, lançado recentemente na abertura do ano letivo da EPSJV, não ter sido submetido a este Conselho e a todos os trâmites que ele prevê. Numa instituição estruturada com espaços de gestão participativa que garantem a representação de todos os seus laboratórios e setores, é preocupante que algum grupo de trabalho simplesmente ignore a existência ou a responsabilidade de uma instância criada há quase 4 anos, a partir de um longo processo de discussão e decisão coletiva. No caso em questão, por se tratar da Direção da Escola, a situação torna-se ainda mais grave. Este Conselho, portanto, não apenas se soma à indignação exposta em sua carta, como afirma publicamente sua sensação de desrespeito, por parte da direção da EPSJV, ao trabalho que vem sendo desenvolvido com muita dedicação por seus integrantes;
- 2) Cabe esclarecer que o livro em questão nunca foi submetido ou sequer tematizado neste Conselho, de modo que seus membros sequer tinham conhecimento da sua existência. Sua publicação por fora dos trâmites institucionais, portanto, não foi um “precedente”, como sua carta afirma: foi um erro. A propósito, um erro externo a este Conselho. Assim, no que diz respeito às funções do Conselho de Política Editorial, não há mais nada a fazer exceto tornar pública nossa indignação: não nos cabe, mas sim ao Conselho Deliberativo, órgão máximo desta Escola, comentar sobre ou propor qualquer tipo de providência prática *a posteriori* dessa publicação;

- 3) Lamentavelmente, o Sr. toma esse fato facilmente caracterizável como um erro externo a este coletivo, para desqualificar o trabalho dos seus integrantes, na tentativa de colocar em xeque sua legitimidade e pertinência como instância institucional;
- 4) Nesta direção, inicialmente, gostaríamos de problematizar sua pergunta sobre o porquê de outras publicações da Escola não terem tido o mesmo tratamento. Na formulação original de sua carta, tal pergunta pode parecer um pleito para que se torne padrão o ocorrido com a obra mencionada. Nossa posição é oposta. Convictos de que este Conselho jamais concedeu privilégio a qualquer autor ou publicação a ele submetida, cumprindo desde sempre os termos do seu regimento e da ética que deve mover este trabalho, propomos a inversão da sua pergunta, para torná-la mais adequada à realidade dos fatos e ao projeto institucional: “Por que o livro ‘Cadernos de Politecnia’ foi a única publicação editada sem passar pelo CPE desde a sua criação?”;
- 5) A partir desse primeiro equívoco, de tomar um erro externo a este Conselho como balizamento para analisar o seu funcionamento, sua carta afirma que a criação deste espaço institucional gerou “impacto negativo” na produção bibliográfica da Escola. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a decisão de criar um Conselho de Política Editorial, tomada coletivamente depois de um acúmulo de quase dois anos, buscava exatamente um salto de qualidade na produção de livros da Escola. O argumento, muitas vezes repetido e discutido na ocasião, era de que, num primeiro momento, a Escola precisou incentivar essas publicações, como expressões do incremento à produção científica. Naquele momento, considerou-se que era chegada a hora de depurar, de instituir critérios de avaliação objetivos que fossem parte de um incremento mais qualitativo do que quantitativo. A diminuição do número de publicações da Escola, portanto, era prevista nesta decisão, mas foi aceita como um bom preço a pagar pelo aumento da qualidade e, mais precisamente, pela responsabilidade com o tipo de conhecimento

produzido e divulgado por uma instituição científica de pesquisa, mantida com recursos públicos. O Sr. pode concordar ou não com esta avaliação, mas é fato que ela foi tomada em espaços coletivos de discussão e deliberação da Escola. Cientes de que temos agido rigorosamente ancorados nesses princípios, julgamos que a caracterização desse resultado como “impacto negativo” talvez reflita uma compreensão – a nosso ver, pouco republicana – de que publicar um livro, seja qual for o seu conteúdo, seja qual for a sua pertinência e seja qual for o seu rigor científico, é direito adquirido dos trabalhadores desta instituição, que teria como única função garantir as condições materiais para sua execução. Não compartilhamos desse entendimento, mas temos clareza de que não cabe apenas a nós, conselheiros, defender a existência desta instância. Foi a Escola, coletivamente e com o aval do seu órgão máximo de deliberação, que o instituiu. É essa mesma Escola que, a partir dos mesmos espaços e debate semelhante, deve decidir se ele se mantém pertinente;

- 6) Sobre a análise do funcionamento deste Conselho – e não apenas sobre sua pertinência e razão de existência – sua carta menciona uma “demora excessiva” na produção de pareceres. Seria importante apontar a partir de que critérios de avaliação e comparação os prazos cumpridos pelo Conselho de Política Editorial são considerados demasiados. Sobretudo porque os prazos observados por nós, quando não são menores, são os mesmos praticados por editoras vinculadas a instituições públicas e, em muitos casos, inferior ao praticado por revistas indexadas. Isto se deve ao compromisso dos integrantes do Conselho (internos e externos) com o seu trabalho, sensíveis que estão aos tempos institucionais e urgências apresentadas. Em críticas institucionais como as que sua carta faz, generalizações não ajudam;
- 7) Gostaríamos ainda de pautar que, como é de conhecimento de todos, ao longo do ano de 2015, o Conselho passou por duas situações que alteraram os tempos dos seus trabalhos. Uma foi a greve dos servidores,

que durou 63 dias e atingiu igualmente o conjunto da Escola e da Fiocruz. Outra, esta bastante particular, foi a falta de quórum que fez com que, extraordinariamente, diferente de todo o seu funcionamento desde a sua criação, o Conselho só tenha se reunido 3 vezes em todo o ano. Este foi, sem dúvida, um problema grave, mas que precisa ser analisado por uma compreensão mais totalizante sobre o que é o Conselho. A falta de quórum significa, em termos bem concretos, a ausência, às reuniões, de trabalhadores indicados, que compõem diferentes setores e laboratórios da Escola. Cabe ao conjunto desses trabalhadores e grupos de trabalho responder sobre as razões desse período de desaceleração das atividades do Conselho. Lembre-se ainda que o problema foi discutido de forma institucional e coletiva em Câmara Técnica de Pesquisa e no Conselho Deliberativo da Escola. Em fins de 2015, vale ressaltar, o Conselho foi recomposto, com a saída e entrada de novos membros, e todas as reuniões tiveram quórum e têm sido bastante produtivas.

- 8) Ainda a respeito da alegada demora dos processos avaliativos, não parece excessivo informar que não é verdadeira a associação entre a diminuição do número de publicações da Escola e a atuação do Conselho de Política Editorial. Dados institucionais disponíveis mostram que entre 2012 (quando o Conselho foi criado) e 2014 não só não houve redução, como se ampliou o número de livros publicados (2 em 2012; 4 em 2013; 7 em 2014 - Fonte: CCDE). Os dados para 2015 indicam apenas duas publicações, mas como ano atípico, já caracterizado acima, deve ser tomado para análise sob tal registro extraordinário. Em suma, embora seja parte da responsabilidade deste Conselho reprovar obras que não atendam à pertinência e aos mínimos critérios científicos de qualidade, não se pode afirmar que tenha havido diminuição das publicações;
- 9) Ainda sobre este ponto, vale lembrar que a criação do CPE regula apenas as publicações que levam a logomarca da Escola. Pela orientação da instituição ao CPE, não é obrigatório que profissionais da Escola

publiquem seus trabalhos e suas pesquisas com o selo da mesma. Neste sentido, embora longe de considerarmos a situação ideal ou desejável, observamos que os laboratórios ou os grupos de pesquisadores devem buscar avaliar, a cada caso e em diálogo com as instâncias devidas, qual são os melhores meios, incluindo editoras, para avaliação e publicação da sua produção, de forma a evitar eventuais prejuízos à produtividade e às relações estabelecidas com outras instituições. Indicamos ainda, como referência dos prazos hoje praticados pelo CPE, as Normas de Publicação e Fluxos de Tramitação, ora em apreciação no CD da Escola.

- 10) A carta menciona, também genericamente, “pareceres desrespeitosos e pouco qualificados”. Seria importante que o Sr. especificasse a que parecer deste Conselho com essas características se refere. Neste sentido, exigimos que seja esclarecida esta grave acusação.
- 11) Limitados pelo grau de generalidade das suas críticas, podemos dizer, no entanto, que todos os pareceres finais emitidos são pareceres do Conselho, expressando a avaliação do seu coletivo. Os pareceres são produzidos por pelo menos dois analistas – um terceiro é convidado apenas quando há divergência entre os dois primeiros –, mas são distribuídos, lidos e discutidos por todos os integrantes do CPE que, amparados nesses pareceres, toma sua decisão e a torna conhecida pelos autores. O Conselho de Política Editorial têm poder, inclusive, de decidir em direção distinta daquela indicada pelos pareceristas (aprovação, aprovação com condicionalidades ou recusa) sobre determinada obra, caso julgue que os pareceres não foram rigorosos ou bem fundamentados;
- 12) Assim, ao classificar como desrespeitoso e desqualificado os pareceres produzidos por este Conselho sem se pronunciar sobre a qual ou quais se refere, sem contestar de forma objetiva o que lhe pareceu inadequado, o Sr. desrespeita o trabalho individual e coletivo de todos os membros integrantes deste Conselho. As mesmas observações valem para sua

afirmação de que este Conselho não tem seguido os princípios e as definições da Política Editorial da Escola;

- 13) Por fim, cabe a nós lembrar que o Conselho Editorial é composto por membros que assumiram a responsabilidade da tarefa por período determinado, respaldados em amplos processos de discussão coletiva que culminaram na implantação desta instância. Reiteramos também que o CPE defende a igualdade e a justiça do apoio à produção dos distintos grupos de trabalho da EPSJV, pautado no tratamento equânime, na objetividade e na transparência dos processos de avaliação. Neste sentido, solicitamos que as observações e os repúdios expressos nesta carta sejam objeto da pauta de discussão do próximo CD da Escola, como instância máxima da instituição, de forma a resguardar os espaços coletivos, os profissionais internos e externos e as tarefas a eles alocadas.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2016.

Assinam esta carta todos os membros do Conselho de Política Editorial, listados nominalmente abaixo:

André Dantas (Coordenador Executivo)
Bianca Côrtes
Carla Martins
Cátia Guimarães
Fátima Siliansky (membro externo - Saúde)
Grasiele Nespoli
José dos Santos Souza (membro externo - Trabalho)
José Roberto F. Reis
Luiz Mauricio Baldacci
Márcia Teixeira
Ramón Peña Castro
Vânia Motta (membro externo - Educação)

Carta Aberta da Direção da EPSJV

Aos trabalhadores da EPSJV,

O recente lançamento do livro "Caminhos da politecnicia: 30 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio", por ocasião da aula inaugural da EPSJV em 2016, na esteira da comemoração dos 30 anos desta unidade, trouxe indagações e questionamentos que consideramos importante responder através desta carta aberta, em prol da transparência dos processos institucionais.

O livro em tela, organizado pela Direção da EPSJV e operacionalizado pela Coordenação de Comunicação e Eventos, constitui uma edição comemorativa do trigésimo aniversário da unidade, dedicada e destinada aos seus trabalhadores e estudantes, que recupera documentos históricos que marcaram sua trajetória (alguns já editados e outros que ainda circulavam no seu formato original) e propõe atualizar os debates que estiveram na sua origem, através de dois textos encomendados e inéditos, quais sejam: "Por um programa de transição para a educação: em defesa da concepção marxista de formação politécnica", de autoria do Prof. José Rodrigues e "Bases teórico-políticas para a discussão da educação da perspectiva da classe trabalhadora", de autoria do Prof. Paulo Sérgio Tumolo. A publicação foi registrada sob a autoria da EPSJV e, no entanto, não seguiu os fluxos regulares para todas as publicações da Escola, desde a instituição, em 2012, do Conselho de Política Editorial da unidade.

Ao longo do processo de preparação da publicação, dado seu caráter de edição comemorativa e o por ser composta majoritariamente por textos institucionais, a Direção da EPSJV considerou que não seria necessário submeter a obra ao mencionado Conselho, decisão que acabou se revelando equivocada. A Direção da EPSJV reconhece o seu erro e lamenta profundamente quaisquer transtornos ocasionados pelo mesmo, ao tempo que ratifica seu compromisso com o normal funcionamento do Conselho de Política Editorial, como órgão regulador de todas as publicações da EPSJV, como indica o documento da sua criação e seu regimento interno. Ressaltamos assim que, em momento algum, pretendeu-se ferir a institucionalidade do Conselho e, muito menos, deslegitimá-lo.

Nesse sentido, destacamos que o funcionamento do CPE foi pauta do Conselho Deliberativo da unidade 07 vezes, desde o início do ano de 2015, assim como da Câmara Técnica de Pesquisa, demonstrando a preocupação permanente da Direção pela sua efetiva institucionalização como importante instância colegiada de decisão sobre aspecto relevante da produção e difusão do conhecimento produzido no âmbito da EPSJV.

Tornamos público o reconhecimento de um erro de procedimento, fruto de uma avaliação equivocada por parte da Direção desta unidade, e nos comprometemos publicamente também a tomar todas as providências cabíveis para que situações como estas não voltem a acontecer.

Atenciosamente,
Paulo César de Castro Ribeiro – Diretor

Paulea Zaquini Monteiro Lima – Vice Diretora de Ensino e Informação

José Orbílio de Souza Abreu – Vice Diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Marcela Alejandra Pronko – Vice Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico